

Governo tem alternativa para negociação com governadores

JORNAL DO BRASIL
Div. id. Pub. id.
24 OUT 1996

SONIA CARNEIRO E
ANGÉLICA WIEDERHECKER

BRASÍLIA — O governo vai oferecer uma alternativa ao pacote de medidas proposto pelos governadores para refinarçar as dívidas estaduais. O anúncio foi feito pelo vice-líder do governo no Senado, Nei Suassuna (PMDB-PB), que defendeu um elenco de medidas de contenção de gastos como contrapartida dos governadores às facilidades do refinanciamento. A medida pode impedir que o governo seja surpreendido com a aprovação das propostas dos governadores.

O pacote de medidas que permite reduzir pela metade os gastos dos estados com o pagamento das dívidas e o alongamento dos prazos em 30 anos foi recebido com festa entre os senadores, e obrigou a equipe econômica a negociar. As propostas, elaboradas pelo governador do Distrito Federal, Cristóvam Buarque, foram cha-

madadas de “palatáveis”, até pelo líder do governo no Senado, Elcio Álvares (ES).

Em encontro no Palácio dos Buritis, os governadores Cristóvam Buarque e Divaldo Suruagy (Alagoas) decidiram que as próximas metas de negociação das medidas contarão com a participação da equipe econômica e com um grupo de senadores, para fechar proposta de consenso e discutir a viabilidade. Semana que vem, os governadores Antônio Britto, do Rio Grande do Sul, Surugay e Cristóvam se encontram para acrescentar medidas de contenção ao pacote, que serão oferecidas como contrapartida dos governadores.

O senador Nei Suassuna (PMDB-PB), que é o relator do projeto do senador Humberto Lucena (PMDB-PB) ao qual será acoplado o pacote de Cristóvam, defendeu ontem que, além das medidas, seja realizado um encon-

tro de contas entre os governos federal, estadual e municipal. “Vamos confrontar quem deve a quem e reduzir os débitos”, informou o senador, que também sugeriu a securitização das dívidas dos estados, nos mesmos moldes dos Estados Unidos, onde uma comissão conseguiu reduzir pela metade as dívidas dos governadores.

Ontem, o único consenso obtido nos encontros entre Cristóvam e Suruagy foi a condenação das liminares sobre disputas trabalhistas e precatórios judiciais concedidas por um único juiz. Para os dois governadores e a equipe econômica, as liminares têm que ser deferidas por tribunal pleno. “A figura jurídica da liminar não pode prejudicar a sociedade e interferir na estrutura dos poderes Executivo e Legislativo”. Os passivos trabalhistas e precatórios judiciais estão entre os maiores responsáveis pelo endividamento dos estados.